

## **Ações de desenvolvimento rural sustentável realizadas pelo Projeto Dom Távora nos territórios sergipanos**

Marcio Eric Figueira dos Santos<sup>1</sup>; Alba Rafaela de Andrade<sup>2</sup>; Carmem Lúcia Santos<sup>3</sup>

*marcio.fenet.ifs@gmail.com<sup>1</sup>; alba.rafaeladeandrade@gmail.com<sup>2</sup>;*

*carmemls@infonet.com.br<sup>3</sup>*

**DOI:** <https://doi.org/10.52719/bjas.v0i0.2247>

### **Resumo:**

Utilizando-se do método de pesquisa bibliográfica e documental, complementada com a aplicação de entrevista semiestruturada, o objetivo da pesquisa foi identificar a existência de ações públicas voltadas à promoção da agroecologia no Estado de Sergipe, no andamento dos anos 2016 / 2017, tendo como foco de estudo o Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores do Estado de Sergipe – Projeto Dom Távora. A demanda surgiu dentro da disciplina de Políticas Públicas e Projetos, do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do Instituto Federal de Sergipe - IFS/Campus São Cristovão, a partir da necessidade de mapear os planos de negócios de desenvolvimento rural sustentável desenvolvidos nos territórios sergipanos. O presente trabalho contribuiu para a construção de um desenho/diagnóstico das atividades desenvolvidas pelo Projeto, carecendo de estudos *in loco* nos planos de negócios a fim de averiguar e acompanhar seus respectivos desenvolvimentos. Mesmo contemplando vários territórios sergipanos e demonstrando-se, assim, um grande mecanismo de desenvolvimento rural sustentável, deixou a margem do processo os territórios do Agreste Central, Sul, Alto Sertão e Grande Aracaju.

**Palavras-chave:** agricultura familiar; arranjos produtivos; economia; meio ambiente; sustentabilidade.

## **Actions of sustainable rural development carried out by the Dom Távora Project in the Sergipe territories**

### **Abstract:**

The objective of this research was to identify the existence of public actions aimed at the promotion of agroecology in the State of Sergipe, in the course of the years 2016/2017, using a method of bibliographical and documentary research, complemented with the application of

semi-structured interviews. focus of study is the Rural Business Development Project for Small Producers of the State of Sergipe - Dom Távora Project. The demand arose within the discipline of Public Policies and Projects, from the Higher Course of Technology in Agroecology of the Federal Institute of Sergipe - IFS / São Cristovão Campus, based on the need to map the sustainable rural development business plans developed in the Sergipe territories. The present work contributed to the construction of a design / diagnosis of the activities developed by the Project, lacking in situ studies in the business plans in order to ascertain and follow their respective developments. Even considering several Sergipe territories and thus demonstrating itself as a great mechanism for sustainable rural development, it left the process margin in the territories of Agreste Central, Sul, Alto Sertão and Grande Aracaju.

**Keywords:** family agriculture; productive arrangements; economy; environment; sustainability.

## 1. INTRODUÇÃO

A crescente demanda por produtos saudáveis e sistemas agrícolas sustentáveis, contrapondo-se ao modelo hegemônico, nos leva a pensar numa nova forma de desenvolvimento rural com enfoque sistêmico como a Agroecologia propõe, corroborando com Muñoz e Silva (2014), aos que falarem "...os efeitos adversos do atual modelo de desenvolvimento sobre a segurança alimentar e nutricional da população estão cada vez mais presentes, a partir dos danos provocados à saúde e à qualidade de vida".

Observa-se, ainda, que uma parcela crescente da população busca uma dieta mais saudável e alimentos provenientes de sistemas de produção mais sustentáveis, como os métodos orgânicos de produção. Para isso, faz-se necessária a transição agroecológica guiada pela construção do conhecimento agroecológico e políticas públicas para seu fomento.

Nesse sentido, para o desenvolvimento ser sustentável é necessário integrar ou inter-relacionar a população com os recursos naturais, dentro da dimensão tecnológica, sociopolítica e cultural de seus problemas, de forma que as necessidades básicas sejam satisfeitas e que seja promovida a sua autonomia (REDCLIFT, 1992).

Dentro dessa visão, para que o desenvolvimento seja pelo homem, tem que existir uma ação coletiva de caráter participativo, uma educação voltada a complexidade do relacionamento humano com o ambiente, o que implicaria na melhoria da qualidade de vida, isso "...incluem

não só uma produção crescente, mas também propriedades como a sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação dos recursos e equidade” (ALTIERI, 2012). A sustentabilidade a que o autor se refere vai além do desenvolvimento econômico e do ambiente, e envolve a complexidade social, a segurança alimentar e a cultura.

A existência de ações contra a pobreza do povo e injustiça social foi demonstrada por Nascimento (2008) no livro sobre “Dom Távora - o Bispo dos operários: Um homem além do seu tempo”. No livro o autor apresenta, até a década de 70, um homem de capacidade de ação e sensibilidade pastoral, que empenhou-se na luta pelas causas sociais, exercendo o seu ministério episcopal voltado para os mais humildes e, dentre esses, o homem do campo do nordeste brasileiro. As ações a que o autor se refere variavam desde à educação popular, ensino de noções elementares de agricultura, educação doméstica, esporte, educação moral, cívica e religiosa, técnicas agrícolas, associativismo e cooperativismo até organização dos trabalhadores rurais, visando à formação do homem para gerar mudanças e transformação social.

Baseando-se nesse referencial e na situação contextual de pobreza da população brasileira, principalmente da região nordeste (Brasil, 2012), e da estrutura fundiária do estado, sob predominância da agricultura familiar, com cerca de 80% dos estabelecimentos de área menor que 10 hectares (Sagri, 2011), associada a crescente demanda por políticas públicas, que, segundo Sabourin (2017, p.02 apud Muller, 2003), são definidas como “um conjunto de ações coordenadas por instituições e administrações públicas, conforme demandas coletivas identificadas, implementadas com o objetivo de conseguir uma modificação ou uma evolução de uma situação dada”, surgiu o Projeto Dom Távora, projeto de desenvolvimento de negócios rurais para pequenos produtores do estado de Sergipe, que partilha da opinião de que a discussão sobre a sustentabilidade deve ser centrada dentro da ótica de uma alternativa de negócios agropecuários, geração de renda, preservação dos agroecossistemas e participação dos agentes, até então excluídos do processo produtivo, conseqüentemente, ausentes nas políticas produtivas.

Isso implica, portanto, em uma modificação do atual modelo de desenvolvimento e do seu enfoque, com agropecuária com base agroecológica na busca de estratégias e de mecanismo, que possibilitem potencializar iniciativas de ocupações e de melhoria de renda nas áreas rurais.

Desta forma, compreende-se, então, a agroecologia como um caminho de promoção da inclusão social, a partir de viabilidade econômica de seus planos de ação aos agricultores familiares, assim como pela adoção de manejos que primem pela produção menos agressiva ao

meio ambiente (inclui-se, neste, o próprio homem), por não utilizar agrotóxicos (tão difundida desde início dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde até os dias atuais), transgênicos e minimizar a dependência de insumos externos e sua consequente dependência econômica das indústrias agroquímicas, como falado por Caporal e Costabeber (2002).

“Agroecologia nos faz lembrar de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, que promove a inclusão social e proporciona melhores condições econômicas para os agricultores de nosso estado. Não apenas isso, mas também temos vinculado a Agroecologia à oferta de produtos "limpos", ecológicos, isentos de resíduos químicos, em oposição àqueles característicos da Revolução Verde. Portanto, a Agroecologia nos traz a idéia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica.” (CAPORAL & COSTABEBER, 2002, p.13)

Ao pensar na importância da agroecologia nos planos de desenvolvimento rural sustentável local, deve-se, como exposto por Neto (2017) “compreender que ações voltadas para o rural devem superar a visão setorial tradicional através da abordagem territorial, que corresponde a uma visão integrada das diferentes temporalidades dos agentes que vivem e agem em um determinado espaço”, logo, uma visão nítida da territorialidade, das relações existentes entre os sujeitos que compõem os territórios de planejamento se além ao fato da própria abordagem territorial ser uma ferramenta de planejamento e intervenção nas diversas dimensões de localidade, facilitando a efetivação de políticas públicas transformadoras da realidade e espaço rural,

“..a abordagem territorial assume a função de uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção no tecido social a partir de alguma escala, quer seja local, regional, microrregional, etc. Neste caso, o território passaria a ser uma unidade de referência, um nível de operação e agregação adequado para operar o planejamento de ações governamentais e políticas públicas que promovam mudanças e transformações múltiplas no espaço social” (Neto, 2017, p.31 apud Schneider, 2004)

Ou seja, o Projeto Dom Távora ou Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores do Estado de Sergipe, firmado em meados de 2013, por meio da parceria entre o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Governo do Estado de Sergipe, com duração prevista para seis anos, englobando os 15 municípios com IDH que os classificam entre os de maior vulnerabilidade social no estado, tem como foco a abordagem territorial e como grupo-alvo o conjunto de famílias que estejam organizadas em associações, comunidades quilombolas e assentamentos rurais, tendo prioridade, jovens e mulheres rurais, isto é, visa contribuir para a remissão da pobreza rural mediante apoio aos pequenos produtores, de forma que estes desenvolvam negócios agropecuários e não-agropecuários que contribuam

para a segurança alimentar e permitam a inclusão pelo trabalho e pela renda de maneira sustentável.

A implementação desse projeto tem se dado por meio das seguintes estratégias: **I)** adoção da dimensão territorial como unidade espacial de planejamento (Decreto estadual nº 24.338, de 20/04/2007); **II)** focalização das ações nos municípios mais pobres proporcionando oportunidades para superar desigualdades; **III)** fomento de negócios e empreendimentos locais, investindo no fortalecimento organizacional dos produtores rurais e na dinamização da atividade econômica predominante; e **IV)** fortalecimento e estímulo a criação de pequenas empresas de base familiar ou com associações de produtores familiares.

Nesse contexto, o intuito foi verificar aspectos relativos ao funcionamento do Projeto Dom Távora, possibilitando a geração do conhecimento a respeito dos avanços e desafios do projeto no contexto específico de execução de ações públicas, no andamento dos anos 2016 / 2017, identificando tais ações, origem dos recursos e modo de aplicação dos recursos.

## 2. METODOLOGIA

### 2.1. Caracterização da área de estudo

Sergipe é o menor estado do Brasil, representando apenas 0,26% do território nacional e 1,4% da região Nordeste. Cerca de 45% do seu território é considerado semiárido (FIDA, 2013). Segundo o IBGE (2010), Sergipe tem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,665, 26,47% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, 3,37% de vulneráveis e dependentes de idosos e 18,70% de crianças extremamente pobres, com 2.068.017 habitantes, e rendimento nominal mensal domiciliar per capita de R\$834,00, tendo o total de 547.788 de população rural.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Territorial do Estado de Sergipe – PDR (2017), a redução das disparidades de distribuição da riqueza, expostas nas assimetrias regionais, é objetivo constitucional e foco da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e objetivo estratégico do Ministério da Integração Nacional (MI), uma vez que o centro dinâmico da atividade econômica estadual encontra-se fortemente concentrada na Capital e entorno.

Por meio do Decreto nº 24.338, de 20 de abril de 2007, o Governo do Estado de Sergipe adota os Territórios de Planejamento como instrumento para planejar o desenvolvimento local, tendo como pilar os Arranjos Produtivos Locais (APL's) potenciais ou já identificados.

No que concerne o desenho dos territórios, deve-se compreendê-los para além dos aspectos físicos, dimensionando, como exposto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2005, p.7), características identitárias mais amplas: “[...] os territórios são definidos como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”.

No que diz respeito ao planejamento estratégico das ações do Dom Távora no estado, Sergipe é dividida em oito territórios: Agreste Central Sergipano, Alto Sertão Sergipano, Médio Sertão Sergipano, Baixo São Francisco Sergipano, Centro Sul Sergipano, Grande Aracaju, Leste Sergipano e Sul Sergipano (SEPLAG, 2015)

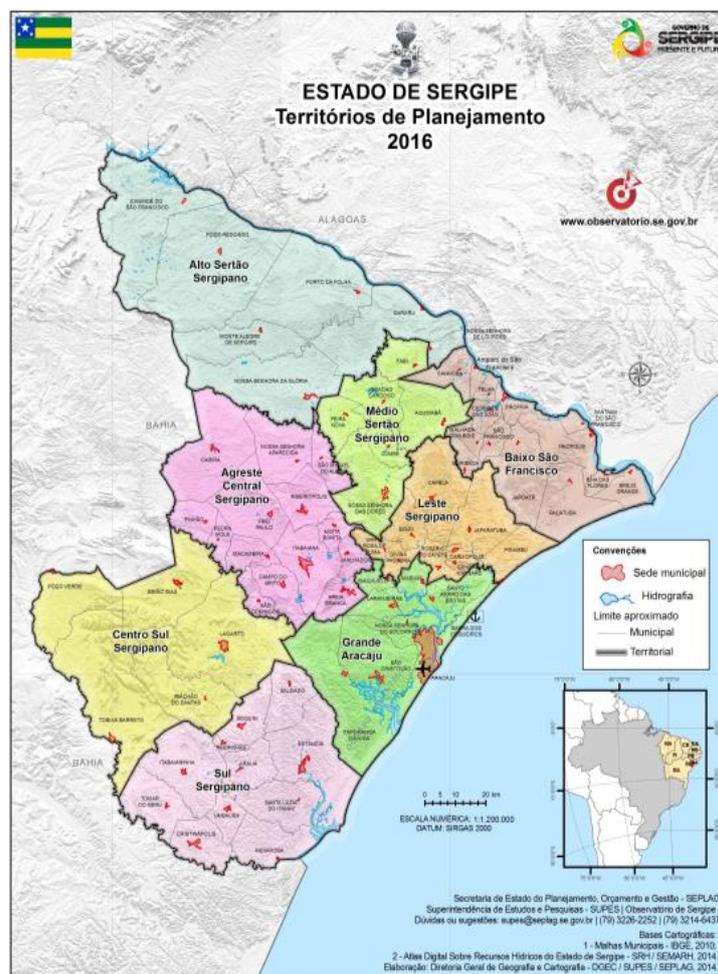


Figura 1. Mapa dos territórios de planejamento do estado de Sergipe. Fonte: SEPLAG / SE.

Correspondendo a 14,39% da área do Estado (IFS, 2013), o Agreste Central Sergipano é composto pelos municípios de Carira, Nossa senhora da Aparecida, São Miguel do Aleixo, Ribeirópolis, Frei Paulo, Pinhão, Pedra Mole, Macambira, Itabaiana, Moita Bonita, Malhador, Areia Branca, Campo do Brito e São Domingos, é delimitado pelas bacias hidrográficas do Rio Sergipe ao norte, e Vaza-Barris ao sul, apresentando características climáticas permanentes do litoral e sertão, por enquadrar-se nesta zona de transição geoclimática. Sua economia agrícola baseia-se, com destaque, na lavoura temporária, milho e grãos em geral (Brasil, 2015).

O Alto Sertão Sergipano, banhado pelas sub-bacias dos rios Gararu, Jacaré, Canhoba, pertencentes à bacia do rio São Francisco, e também para a nascente do rio Sergipe, como é o caso da Serra Negra, é composto pelos municípios de Gararu, Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe, Porto da Folha, Poço redondo, Nossa Senhora de Lourdes e Canindé do São Francisco, e inserido na unidade geomorfológica Pediplano Sertanejo, tem como características edafoclimáticas, por se tratar de clima do tipo Semiárido, a irregularidades de precipitação de chuvas, solos rasos, pedregosos e secos, e bioma do tipo Caatinga. A produção banana e goiaba, e pecuária, com aumento de efetivos e produtos de origem animal, são as vocações da economia do território (PIB municipal, 2015, p.33).

Não obstante das características edafoclimáticas do Alto Sertão Sergipano, o Médio Sertão Sergipano é compreendido na faixa de transição climática entre o Agreste e o Sertão, insere-se entre três bacias hidrográficas, a do São Francisco, ao norte, do Japarutuba, ao leste e do Sergipe ao centro-sul, abrangendo os municípios de Itabi, Gracho Cardoso, Feira Nova, Aquidabã, Cumbe e Nossa Senhora das Dores. A produção de abacaxi e agropecuária são destaques (PIB municipal, 2015, p.35).

O Baixo São Francisco Sergipano contém em seus domínios os municípios de Canhoba, Telha, Amparo do São Francisco, Cedro de São João, Propriá, Malhada dos Bois, São Francisco, Muribeca, Santana do São Francisco, Neópolis, Japoatã, pacatuba, Ilha das Flores e Brejo Grande. É delimitado pela bacia hidrográfica do rio São Francisco e seus afluentes, com destaque para os rios Jacaré, Betume e Salgado. Apresenta, na parte ocidental, características de clima semiárido brando com chuvas distribuídas irregularmente. No centro, semiúmido com uma maior regularidade das chuvas do inverno. E na parte litorânea, apresenta-se úmido, sofrendo influência direta das massas de ar vindas do oceano. Além da fruticultura, as atividade econômicas de maior relevância são a rizicultura e aquicultura, com destaque para o cultivo de camarões (PIB municipal, 2015, p.34).

Simão Dias, Lagarto, Poço Verde, Riachão do Dantas e Tobias Barreto pertencem ao território Centro Sul Sergipano. Este território localizar-se na zona mais amena do semiárido

sergipano, o clima quente, com chuvas irregulares, tem como principais atividades agrícolas a produção de frutas, verduras, tubérculos, cereais e fumo e o desenvolvimento da pecuária. Pertencente a duas bacias hidrográficas, rios Piauí e Real, o Centro Sul, devido à irregularidade das chuvas, possui muitos afluentes de caráter temporário. Existem rios perenes como o Piauí e Piauítinga, possuindo barragens ao longo do seu leito. O cultivo de feijão, milho e abacaxi estão dentre as maiores atividades econômicas agrícolas (PIB municipal, 2015, p.32).

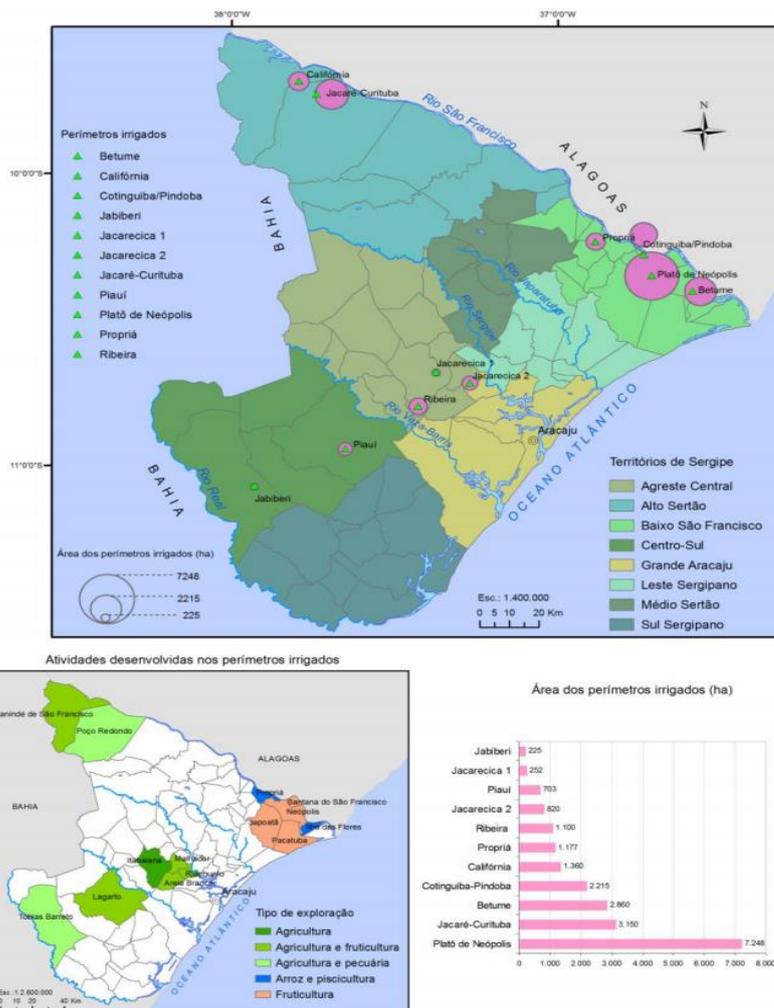
Na Grande Aracaju localizam-se os municípios de Riachuelo, Maruim, Laranjeiras, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Itaporanga D'Ajuda e a capital Aracaju. Próximo a costa marinha, apresenta aspectos da Planície Litorânea, e, adentrando o interior, de Tabuleiros Costeiros. Possui solos profundos, porém, com média de baixa fertilidade natural, e clima que vai de quente e úmido à semiúmido, e delimitado pelas bacias hidrográficas de Japarutuba e Vaza-Barris, e banhado pelo rio Sergipe. Itaporanga d'Ajuda (produção de mandioca, laranja, banana, na criação de aves e na silvicultura) e São Cristóvão (destacando-se a criação de aves representa 16,2% da produção avícola do estado) são os únicos a ter representatividade na agropecuária territorial (PIB municipal, 2015, p.10).

O território Leste Sergipano abrange Capela, Siriri, Japarutuba, Carmópolis, General Maynard, Rosário do Catete, Divina Pastora e Santa Rosa de Lima. Tem como principal rio o Japarutuba e é banhado ainda pelos Siriri, Japarutuba Mirim e Poxim. Solo raso e arenoso no litoral e profundo e de fertilidade média nos tabuleiros. Tem clima semiúmido e sua vegetação predominante são as da Restinga, Manguezais e de Mata Atlântica. O cultivo da cana de açúcar é destaque no estado (PIB municipal, 2015, p.34).

O último território é o Sul Sergipano, que ao longo dos municípios de Salgado, Boquim, Pedrinhas, Estância, Arauá, Itabaianinha, Umbaúba, Tomar do Geru, Cristinápolis, Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy, é caracterizado pela presença da Planície Costeira, Tabuleiros Costeiros e do Pediplano Sertanejo. Vegetação diversificada, possuindo manguezais nos estuários dos rios Piauí, Real, Restingas na Planície Costeira e a Mata Atlântica entremeada por manchas de Cerrado nos Tabuleiros Costeiros, tendo, na sua hidrografia, as bacias dos rios Real e Piauí, e clima quente úmido, com até 3 meses secos, apresentando maior índice pluviométrico do Estado (médias anuais entre 1300 a 1600 mm). Como principais atividades econômicas tem-se o cultivo de citrus, coco-da-baía, pastagens e bovinocultura (EMBRAPA, 2010).

Nestes territórios existem grandes projetos irrigados, dentre estes o Platô de Neópolis, no território do Baixo São Francisco Sergipano, com canais de irrigação com capacidade para abastecer em torno de 7,3 mil hectares, se destacando até hoje pelos cultivos de frutíferas, dentre elas a laranja, manga, maracujá, banana e coco-a não. Os projetos irrigados nos territórios

totalizam mais de 21 mil hectares de área irrigada, voltados para a agricultura, fruticultura, rizicultura, piscicultura e pecuária, proporcionando, assim, um excelente viés de desenvolvimento para o estado.



**Figura 2.** Áreas produtoras de laranja, limão e maracujá, segundo os municípios. Fonte: IBGE (2009)

No entendimento do Governo do Estado de Sergipe, em concordância com o FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, principal financiador das ações de desenvolvimento rural sustentável desenvolvidas pelo Projeto Dom Távora nos territórios, a motivação para adotar o planejamento territorializado é fruto do entendimento de que somente políticas transversais articuladas localmente são capazes de promover com efetividade o desenvolvimento econômico e social, notadamente nas áreas mais carentes de infraestrutura, de renda e de assistência (PDR, 2017).

Tal planejamento, levando-se em consideração o investimento do FIDA, necessárias contrapartidas para sua efetivação, e observando-se as especificidades de cada cidade e/ou comunidade, guiou as políticas a serem executadas nos territórios sergipanos, contemplando os planos apresentados pelos agricultores familiares.

## **2.2. Procedimentos metodológicos**

Segundo Santos, et al. (2018), trabalho em tela, complemento da pesquisa divulgada no IX SIMBRAS – Simpósio Brasileiro de Agropecuária Sustentável e VI Congresso Internacional de Agropecuária Sustentável, foi do tipo descritiva-exploratória, combinando pesquisa bibliográfica, documental e de campo, buscando-se junto à Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca (SEAGRI), identificar a existência de programas e projetos voltados à promoção da agroecologia oferecidos pelos órgãos públicos estaduais à população rural, no andamento dos anos 2016 / 2017. Tendo, então, a informação que havia o Projeto Dom Távora, norteando toda pesquisa.

No segundo momento, foi realizada uma revisão bibliográfica de autores como Altieri (2012), Caporal e Costabeber (2002), Mooz e Silva (2014), Moraes e Oliveira (2017), Nascimento (2008), que tratam de temas referentes a políticas públicas, agroecologia, sustentabilidade, desenvolvimento, bem como ajudando a compreender os processos específicos do título de Dom Távora.

Posteriormente foi realizada uma visita técnica na Coordenação da Unidade Estadual de Gestão do Projeto (UEGP), buscando entender qual a visão do gestor público sobre a formulação e execução da ação pública com viés sustentável e produção com base agroecológica.

Participaram da atividade quatro acadêmicos do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, a professora orientadora e o coordenador da UEGP, com aplicação de entrevista semiestruturada ao gestor.



**Figura 3.** Aplicação da DRP Entrevista Semiestruturada na Coordenação do Projeto Dom Távora. Fonte: Equipe técnica.

Foram utilizados, blocos e canetas para coleta grafotécnica de dados, ferramentas para captação de imagens e das falas dos atores envolvidos. Além das supracitadas pesquisas, a equipe técnica coletou dados contidos em documentos disponíveis na página da SEAGRI, dentre estes o relatório final do FIDA sobre o projeto.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ocorreram dois tipos úteis de parceria previstas, dentre privadas e públicas, para construção do plano de ação do Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores do Estado de Sergipe – Projeto Dom Távora, de acordo com o Relatório do FIDA de Desenho Final do Projeto: na provisão de serviços, como assistência técnica ou crédito, e no estabelecimento de alianças produtivas em cadeias de valor, entre firmas privadas e pequenos grupos de produtores rurais apoiados pelo próprio Dom Távora.

As categorias de despesas que foram definidas para facilitar a gestão do projeto e procedimentos de reembolso com o FIDA foram: veículos e equipamento (para fortalecer a capacidade estrutural da SEAGRI e EMDAGRO e provedores de serviços); assistência técnica e treinamento (serviços de assistência técnica e extensão fornecidos aos produtores para implementar seus planos de negócios); consultorias, auditorias e estudos (especialmente para o desenvolvimento dos programas de fortalecimento da capacidade e atividades de monitoramento e avaliação); investimento produtivo (financiamento de ativos produtivos para o desenvolvimento dos negócios rurais dos pequenos produtores); custos operacionais (diárias, combustível, artigos de escritório e material de divulgação); e salários (financiados pelo Estado de Sergipe).

Dentro das propostas, o Projeto levou em consideração os riscos e sustentabilidade do projeto, tendo que lidar com riscos de diversas origens para ser então efetivado. Foram eles: (a) riscos agrícolas (climáticos e biológicos); (b) riscos de mercado (preços e acesso); (c) riscos financeiros (acesso a fontes complementares de crédito); e (d) riscos institucionais e administrativos. Todos esses riscos foram avaliados e medidas neutralizantes foram incluídas no projeto (FIDA, 2013, p.68).

Estes riscos institucionais e administrativos referem-se a disponibilidade de recursos humanos capazes para a preparação e implementação de planos de negócios e instrumentos formativos com perspectiva de negócios rurais, riscos associados à alocação insuficiente de tempo do pessoal da SEAGRI e EMDAGRO para atividades do projeto, riscos associados à coordenação insuficiente com outras agências, programas e projetos, e riscos associados a mudanças políticas no governo do estado (FIDA, 2013, p.69).

Levando em consideração a mitigação de risco citada e análise das especificidades territoriais, os municípios atendidos pelo Dom Távora pertencem ao universo da população, 234.993 habitantes, dos quais 122,096 rurais, que habitam quatro territórios de planejamento do Estado estão no Centro Sul Sergipano (Poço Verde, Simão Dias e Tobias Barreto), Agreste Central Sergipano (Carira, Nossa Senhora Aparecida e Pinhão), Médio Sertão Sergipano (Aquidabã e Graccho Cardoso) e Baixo São Francisco (Brejo Grande, Canhoba, Ilha das Flores, Japoatã, Neópolis, Pacatuba e Santana do São Francisco).

Trata-se de uma política produtiva com ações voltadas para a geração de resultados econômicos e sociais sustentáveis, com foco nas potencialidades territoriais expressas em planos de apoio à agricultura familiar, à produção agroecológica, orgânica e às diversas cadeias produtivas da agropecuária, além de atividades não agrícolas.

Para beneficiar diretamente cerca de R\$12 mil famílias pobres num período de 6 anos, o Projeto Dom Távora criou ações nos campos de desenvolvimento de negócios rurais e de formações e fortalecimento das capacidades, por se tratar de um universo diversificado com relação ao nível de renda, condições sociais, habilidades, acesso aos mercados local e estadual.

Na linha de ação de desenvolvimento de negócios rurais o Dom Távora, no período 2016/2017, estabeleceu a realização de atividades relacionadas aos planos de negócios agrícolas e não agrícolas. Essas atividades econômicas, produtivas, incluem implantação de projetos de piscicultura, bovinocultura para engorda, apicultura/beneficiamento, ovinocultura, caprinocultura de leite, criação de aves (galinha caipira), Agroecologia (produção de sementes e horticultura), fábrica de ração alternativa e artesanato/costura. Além da capacitação da mão

de obra por meio de assistência técnica. Para realização dessas ações foram destinados aproximadamente R\$ 7,2 milhões, (BRASIL, 2018).

Os componentes, formações e fortalecimento das capacidades constitui-se do eixo de desenvolvimento de capacitação e formação para famílias de pequenos produtores rurais, com ou sem terra. Ocorreram vinte eventos de treinamento, sendo sete seminários sobre associativismo e cooperativismo, com oito horas de carga horária em dias pontuais e os cursos com 24 horas-aula, distribuídos sempre em três dias, e treze cursos de gestão de negócios agrícolas e não agrícolas.

Sobre os recursos do Projeto Dom Távora, a divisão foi de 60% do FIDA, 20% o Estado e 20% o beneficiário (contrapartida em bens e/ou serviços), sendo o montante já financiado de 20 milhões, em cerca de 64 planos realizados (de 185 elaborados), e mesmo com a exigência de que 30% dos beneficiários fossem mulheres e jovens rurais, 58% dos beneficiários foram mulheres, muitas na faixa de 29 anos, demonstrando a preocupação com a transversalidade entre gênero, educação e juventude.

A distribuição de planos executados pelo Projeto Dom Távora em Sergipe demonstra que o território com mais municípios contemplados foi o do Baixo São Francisco, o município, dentre todos os territórios, foi o de Gracho Cardoso, e os maiores termos de colaboração (investimentos) ocorreram no município de Pacatuba (Povoado Santana dos Frades), com R\$ 468.268 mil para implantação de projeto de piscicultura, e o menor em Carira (Colônia Agrícola Roseli Nunes), com R\$ 173.550 mil para projeto de bovinocultura de leite.

Dentre estes, o plano de negócio comunitário da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades (ADECOP), localizada no assentamento oito de outubro, em Simão Dias, além de atender a 22 famílias, destaca-se por mais se aproximar das bases da agroecologia propostas pelo Projeto Dom Távora, por ter como objetivo fortalecer a cadeia produtiva de hortifrutigranjeiros, resgate de sementes crioulas, criação de animais de pequeno, médio porte e capacitação dos jovens produtores no assentamento e circunvizinhos na produção e comercialização dos produtos agroecológicos.



**Figura 4.** Localização do Assentamento 8 de Outubro. Fonte: SILVA (2017)

Vale salientar que, além do assentamento, originário de uma ocupação feita em 1997, ter ostentado em 2015 a condição de maior produtor de abóbora do Nordeste e principal produtor de grãos do estado, já desenvolvia em sua área coletiva um sistema de produção orgânica, e o resgate e produção de sementes, com a parceria de comunidades circunvizinhas, como, por exemplo, a comunidade Sítio Alto, projeto de assentamentos 27 de outubro e Carlos Lamarca, justificando a própria aprovação do plano e desenvolvimento das atividades.

Esse resgate de variedades crioulas, segundo Machado (2007), resulta no fortalecimento da própria agrobiodiversidade e podem contribuir na recuperação da soberania alimentar das comunidades rurais, além de ser essencial nos processos de segurança alimentar. Os sistemas agroecológicos, por sua vez, promovem a agrobiodiversidade e se relacionam com ela dentro de um processo de relações e interações entre aspectos socioculturais, manejo ecológico dos recursos naturais e manejo holístico e integrado dos agroecossistemas (MACHADO, 2014).

#### 4. CONCLUSÕES

O Projeto Dom Távora permitiu ao logo dos anos a participação competitiva dos pequenos agricultores familiares, assentados e suas organizações econômicas nos mercados de insumos, produtos, serviços e de trabalho, favorecendo o acesso das famílias rurais aos serviços de assistência técnica e extensão rural, capacitando agricultores familiares e assentados para gerir seus empreendimentos individuais e associativos, e contribuindo para a criação e fortalecimento das organizações de produção, da transformação e da comercialização, para

agregar valor aos seus produtos e serviços, contemplando os diversos territórios sergipanos e demonstrando-se, assim, um grande mecanismo de desenvolvimento rural sustentável. Porém, deixando a margem do processo os territórios do Agreste Central, Sul, Alto Sertão e Grande Aracaju.

O presente trabalho contribuiu para a construção de um desenho/diagnóstico das atividades desenvolvidas pelo Projeto Dom Távora ou Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores do Estado de Sergipe, seu real campo de ação, carecendo de estudos *in loco* nos planos de negócios executados a fim de averiguar e acompanhar seus respectivos desenvolvimentos, o grau de comprometimento do próprio projeto e das comunidades e famílias assistidas com a transição agroecológica.

## 5. AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe;

À toda equipe técnica da pesquisa e acadêmicos da disciplina Políticas Públicas e Projetos;

À coordenação do Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores do Estado de Sergipe - Projeto Dom Távora.

## 6. REFERÊNCIAS

Altieri, M. (2012). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. (3a ed.).

São Paulo: Expressão Popular.

Brasil.(2012). *Plano Brasil sem miséria*. Recuperado em 24 de fevereiro de 2012, de <http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/brasil-sem-miseria/plano-brasil-sem-miseria>.

Brasil.(2018). Portal SEAGRI. *Projeto Dom Távora*. Recuperado em 02 de junho de 2018, de <http://www.seagri.se.gov.br/projeto/2/projeto-dom-tavora>.

Brasil. Portal IBGE. Recenseamento demográfico de Sergipe– Censo. 2010. Disponível em: < [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/resultados/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_sergipe.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados/tabelas_pdf/total_populacao_sergipe.pdf) >. Acesso em: 17 de agosto de 2018.

Brasil. Portal IBGE. Recenseamento demográfico de Sergipe– Censo. 2017. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/panorama> >. Acesso em: 17 de agosto de 2018.

- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT.(2005). *Referências para a gestão social de territórios rurais*. Brasília, DF: MDA. (Série Documentos nº 3).
- BRASIL. Seplag. Produto Interno Bruto dos Municípios de Sergipe. Observatório de Sergipe, 2010. Disponível em: <  
[http://www.observatorio.se.gov.br/images/PIB\\_Municipal/Relatorio\\_PIB\\_Municipal\\_2015\\_vf\\_17\\_04.pdf](http://www.observatorio.se.gov.br/images/PIB_Municipal/Relatorio_PIB_Municipal_2015_vf_17_04.pdf)>. Acesso em: 18 de agosto de 2018.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. (2013). *Relatório sobre o Território do Agreste Central Sergipano*. Lagarto, SE: IFS.
- Manzoni Neto, A. (2017). *Competitividade e desenvolvimento territorial rural: ações e contradições do planejamento federal para territórios rurais no Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas,SP.Recuperado em 12 de setembro de 2018, de [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/325433/1/ManzoniNeto%2cAlcides\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/325433/1/ManzoniNeto%2cAlcides_D.pdf).
- Moraes, M. D. N, & Oliveira, A. M. (2017). Produção orgânica e agricultura familiar: obstáculos e oportunidades. *Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate*, 3(1), 19-37. Recuperado em 29 de junho de 2018, de <http://periodicos.unesc.net/RDSD/article/view/3372>
- Nascimento, I. (2008). *Dom Távora - o Bispo dos operários: um homem além do seu tempo*.
- Redclift, M. (1992). *Sustainable development: exploring the contradictions*. London: Richard Clay.
- Santos, C. L. (2010). O alto sertão sergipano: análise das políticas de desenvolvimento neste “território rural”. *Boletim Goiano de Geografia*, 30(1), 51-67. Recuperado em 18 de agosto de 2018, DOI 10.5216/bgg.V30i1.11194.
- Santos, M. E. F. dos; Andrade, A. R. de, & Santos, C. L. (2018). Políticas Públicas e agroecologia: reflexões sobre as ações desenvolvidas pelo Projeto Dom Távora no Estado de Sergipe. In: *Simpósio Brasileiro de Agropecuária Sustentável; Congresso Internacional Agropecuária Sustentável*; Viçosa-MG.
- Sabourin, E. (2017). *Desenvolvimento territorial e políticas públicas no Brasil*. Juazeiro do Norte: UFCA. Recuperado em 11 de setembro de 2018, de <http://agritrop.cirad.fr/584046/1/Sabourin%20politicass%20de%20DTR%20Juazeiro%20UFCA.pdf>.
- Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. (2011). *Relatório de atividades 2011: ações acumulativas do período 2007- 2011*.

Siqueira, E. R. et al. Território Rural Centro-Sul de Sergipe. Embrapa, 2010. Recuperado em  
18 de agosto de 2018, de  
[http://www.cpatc.embrapa.br/publicacoes\\_2010/territorio\\_centrosul.pdf](http://www.cpatc.embrapa.br/publicacoes_2010/territorio_centrosul.pdf)